



Publicação conferida no D.O. nº 5-251, de 18/12/08
Servidor Luca Matrícula: 1138737

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 113ª
(CENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008.

552 Baudouin

496
56



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 1 |

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Geraldo Naves a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 229, de 16/12/2008, juntamente com a ata sucinta da 113ª Sessão Ordinária.)

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 39ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 40ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 41ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 42ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 110ª Sessão Ordinária;
- Ata da 111ª Sessão Ordinária;
- Ata da 112ª Sessão Ordinária.

Faço um apelo aos Parlamentares que se encontram nesta Casa: que se dirijam ao plenário para darmos início à apreciação da pauta de votação acordada entre os Deputados.

Esta Presidência solicita a atenção de todos para o seguinte comunicado:

“De ordem do Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Alírio Neto, e na conformidade do disposto no art. 42, inciso I, alínea c; e art. 120, ambos do Regimento Interno desta Casa, comunico às senhoras e aos



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 2 |

senhores Deputados Distritais, assim como ao Plenário, a convocação da Casa para períodos de sessões extraordinárias a serem realizadas nos dias 11 e 12 de dezembro, respectivamente quinta e sexta-feira, a partir das 10 horas, com pauta a ser distribuída, mantida a sessão ordinária de 11/12/08, quinta-feira.

De igual forma, e de ordem do Senhor Presidente, Deputado Alírio Neto, comunico aos Deputados Distritais, nos termos do art. 11, combinado com os arts. 9º e 10, ambos do Regimento Interno desta Casa, a convocação de Sessão Preparatória, para a eleição dos membros da Mesa Diretora para o segundo biênio da 5ª Legislatura, a realizar-se no dia 15 de dezembro de 2008, segunda-feira, às 10 horas, no Plenário desta Casa."

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passe-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, imprensa, eu estou muito emocionado neste momento por estar com o auditório literalmente tomado, principalmente pelos Deputados.

Deputado Wilson Lima, estou começando o meu comunicado dizendo que estou intensamente emocionado por verificar que todos os Deputados estão em seus assentos, a galeria está chela, sempre o nosso pessoal está presente, o pessoal da imprensa.

Estou também muito preocupado com nosso eleitor, nosso contribuinte que está lá nos olhando e verificando o tanto que somos freqüentes. Estão presentes o Deputado Reguffe – como sempre –, o Deputado Leonardo Prudente, o Deputado



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 3 |

Cristiano Araújo, a Deputada Jaqueline Roriz, o Deputado Geraldo Naves, o Deputado Wilson Lima e a Deputada Eurides Brito.

Então, o eleitor está vivamente preocupado. Como é que um parlamentar está a falar aqui para um plenário totalmente, literalmente lotado? Eu não sei como ele está entendendo isso, olhando para V.Exa., e eu aqui falando, vibrando com muita verve, parabenizando a Câmara por ela estar presente no plenário.

Faço isso evidentemente para criticar, porque, via de regra, quando os Deputados estão presentes em plenário, geralmente falamos e não obtemos a atenção de todos. Para obter a atenção somos obrigados a chamar pelo nome. Mas a crítica é construtiva, ela não é destrutiva. Nós devemos repensar os procedimentos da Casa. Vem uma nova Mesa Diretora aí, não se sabe quem serão os seus componentes, mas haveremos de pensar em uma revisão dos procedimentos dos trabalhos da Casa. Eu me situo entre aqueles que defendem uma restauração imediata do processo legislativo. Foi nossa essa tese, a nossa briga todo este ano. Mas eu vou parar por aqui porque teremos tempo de tratar disso em oportunidades outras.

Deputado Leonardo Prudente, V.Exa. sabe e todos sabem que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. Esse é o art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução 217 A, da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Portanto, hoje está se comemorando 60 anos, e todos nós devemos lembrar a data como uma grande conquista da humanidade.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria falar. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria informar a V.Exa. e aos nobres pares que estamos recebendo nesta Casa, neste momento, uma equipe de técnicos do Instituto Chico Mendes, do IBAMA, e também do Ministério do Meio Ambiente. Eles estão protocolando na Presidência desta Casa um documento referente ao PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

Nós pedimos ao Ministro Carlos Minc que colocasse alguns técnicos à disposição, para justamente fazer uma avaliação sobre esse plano que é tão importante para o DF, mas que tem sido usado como uma possibilidade de especulação imobiliária aqui no Distrito Federal. E os técnicos fizeram um excelente trabalho, fizeram mapas de transparência, para que possamos sobrepor aos mapas que o GDF apresentou através da SEDUMA, até porque todos os Parlamentares e a



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 4 |

Imprensa do Distrito Federal devem ter conhecimento de que 70% das terras do Distrito Federal pertencem à União. São áreas de proteção na região do Planalto Central que pertencem ao IBAMA. É por isso que toda vez que o GDF quer criar uma área habitacional ou fazer alguma coisa, ele tem de solicitar ao IBAMA o licenciamento. Não é, Deputado Milton Barbosa? Inclusive o Pôr-do-Sol, de que V.Exa. falou hoje à tarde, e o Sol Nascente.

Então, esse estudo foi feito e será distribuído a todos os Parlamentares para que cada um tenha conhecimento daquilo que está votando: as áreas de proteção de mananciais, as áreas de proteção ambiental. Os mapas poderão ser confrontados para vermos o estrago que se vai causar no Distrito Federal. Colocou-se, inclusive, nesse estudo, o que trará de danos ao Distrito Federal a criação da cidade do Catetinho, colocando em risco o abastecimento de água no Distrito Federal nos próximos anos, porque tal criação compromete os recursos hídricos. Esses mapas e esse documento subsidiarão os Parlamentares para saberem da verdadeira necessidade, ou não, das áreas que serão criadas para habitação.

Até porque, no substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Fundiários, pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, o documento diz que 20% dessa área habitacional criada é para a população de baixa renda, área de habitação de interesse social. E nós sabemos que isso não condiz com a realidade: 80% então ficariam para a criação de outras áreas habitacionais – não para a população de baixa renda –, principalmente para a criação dos chamados *alphavilles*, o que na verdade não acaba com o *deficit* habitacional do Distrito Federal.

Então, esse estudo vai subsidiar os Parlamentares, e nós pedimos que ele fosse trazido justamente no dia de hoje para que os Parlamentares pudessem tomar conhecimento. Pois é importante que o Governador tome uma decisão de austeridade, como tem empregado ao longo dos 2 anos de mandato, pela retirada do PDOT desta Casa. Ou pelo menos pela votação somente no ano de 2009.

Quanto à criação do Catetinho, sim, Deputado Batista das Cooperativas, sabe por quê? Porque o Partido dos Trabalhadores não é contra a criação de moradia para a população de baixa renda; pelo contrário, nós somos a favor.

Mas é importante que se crie moradia com responsabilidade. De que adiantará criarmos condições de moradia para um cidadão se ele não terá abastecimento de água na sua residência? Nós temos sentido o aquecimento global no Distrito Federal também, Deputado Batista das Cooperativas. Então, não é só a criação do Catetinho, nós temos outras áreas para resolver a situação habitacional, principalmente da população de baixa renda.

Porque por muito que alguns achem, inclusive as cooperativas, que a criação do Catetinho é fundamental no PDOT para resolver a questão habitacional do DF,



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 5 |

não é verdade! Era bom que todos tivessem conhecimento. E sabe por que não é verdade? Porque aumenta em mais de 20 mil hectares a área urbana no Distrito Federal. E a zona de contenção urbana não vai conter a ocupação desenfreada, como a que aconteceu há alguns anos. Não vai. Na verdade, há falta de fiscalização do Estado.

Por isso, somos, sim, contra a criação do Catetinho, mas a favor da criação de moradia para a população de baixa renda, Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Quando V.Exa. puder, permite-me um aparte.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sim. Vou conceder a V.Exa., apenas quero terminar o meu raciocínio.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Lembrando que, quando eu estiver falando, também, qualquer aparte que V.Exa. quiser, eu lhe concederei.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Nós temos 2 eixos no Distrito Federal em que foram criados o transporte público de Brasília: um que vai para Ceilândia, Taguatinga e Águas Claras; e o outro, Gama e Santa Maria, com o PLP.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Cabo Patrício, preste atenção ao tempo.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Para concluir, Sr. Presidente, até porque vou conceder um aparte ao Deputado Batista das Cooperativas. Esses 2 eixos... Não se pode permitir que se criem mais 28 áreas sobre as quais nem sequer o Secretário de Transporte, que é o responsável pelo transporte público do Distrito Federal, tem conhecimento. Como é que se cria um PDOT sem dar condições de transporte e sem preservar a qualidade de vida no Distrito Federal?

Deputado Batista das Cooperativas, ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, vou declinar do aparte para colaborar com a Mesa, uma vez que não há mais tempo.

Por esse motivo, peço a V.Exa. para fazer uso da palavra pela Liderança.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, para concluir, já que o Deputado Batista das Cooperativas não quis o aparte. Quero deixar bem claro que a bancada do Partido dos Trabalhadores – eu e os Deputados Paulo Tadeu, Erika Kokay e Chico Leite – é a favor de um Plano Diretor de Ordenamento Territorial, mas um plano com responsabilidade, que preserve a vida, o meio ambiente e os recursos hídricos. Que não se promova a especulação imobiliária, porque é isso que está previsto no PDOT que pode vir à votação nos próximos dias nesta Casa. E os Parlamentares que votarem a favor vão ser responsabilizados pelo futuro do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 6 |

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Fui informado de que mais nenhum Parlamentar participaria do Comunicado de Líderes após o pronunciamento do Deputado Cabo Patrício. No entanto, o Deputado Batista das Cooperativas fez duas intervenções para fazer uso da palavra. Portanto, esta Presidência mantém aberto o Comunicado de Líderes e concede a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (Bloco Democratas-Progressistas. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, boa-tarde a todos. Quero cumprimentar os Parlamentares em plenário, a Mesa, os amigos da imprensa e os amigos da galeria.

Sr. Presidente, eu estava no gabinete atendendo alguns amigos ambientalistas, conversando algumas coisas sobre o PDOT. Mas eu não pude deixar de ouvir o Deputado Cabo Patrício, que falava do Setor Habitacional Catetinho. Pedi licença e vim até aqui para fazer uso do meu momento de fala pela Liderança.

Deputado Cabo Patrício, eu tenho certeza de que V.Exa., bem como a bancada do Partido dos Trabalhadores e todos os Parlamentares desta Casa, não são contra a habitação. São a favor do direito sagrado à habitação – Isso é constitucional –, até porque um dos segmentos que V.Exa. defende é a Polícia Militar, que precisa muito de habitação, de moradia. Inclusive, os membros desse segmento já começaram a ser agraciados, contemplados – melhor dizendo –, neste Governo, com um projeto aprovado nesta Casa, que é o projeto dos becos: no Gama, estamos indo para a Ceilândia e outras localidades.

Mas eu quero voltar ao tema sobre o qual V.Exa. falou e serei muito direto: não faça isso, não seja contra o Catetinho. Queria pedir para as pessoas que estão nas galerias que não sejam contra o Setor Habitacional Catetinho. Queria pedir às pessoas que nos ouvem agora através da *TV Distrital*: não sejam contra o Setor Habitacional Catetinho. Ser contra a criação do Setor Habitacional Catetinho, Deputada Jaqueline Roriz, é ser contra a habitação, é ser contra a moradia, é tentar incentivar novos Itapoãs, novas Estruturais, novas Vicente Pires. Se nós não tivermos dentro do PDOT novos setores a serem criados, como poderemos buscar um ordenamento territorial planejado do Distrito Federal?

Por outro lado, há algumas pessoas que são contra o Setor Habitacional Catetinho – e não é o caso de V.Exa. – que querem defender as suas florestas urbanas. Eu vou repetir de novo: as suas florestas urbanas. É muito fácil, é muito bom defender o meio ambiente e morar no Lago Sul numa chácara de 20 mil m², Deputado Paulo Tadeu. É muito fácil ser ambientalista e morar em uma casa em que a sala tem 280m², maior, portanto, que a moradia que o cidadão receberá, que é de 150m². Quando nós defendemos o Setor Habitacional Catetinho, é nesse sentido.

É equívoco dizer que estamos colocando em risco os recursos hídricos do Distrito Federal. Não é verdade. Eu também quero anexar ao PDOT, Deputado Cabo



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 7 |

Patrício, um estudo de viabilidade econômica feito por esta Casa em consonância com o IBRAM, com a CAESB, com os órgãos ambientais e com o IBAMA. Pasmem V.Exas.: um estudo com o IBAMA a respeito da viabilidade do Setor Habitacional Catetinho da forma que está no PDOT.

O que eu defendo é o Setor Habitacional Catetinho da forma que está hoje, preservando uma grande mancha de áreas de mananciais. Ele a preserva. Quando nós o defendemos, estamos defendendo que ele seja planejado. Estamos falando em verticalização, em áreas de resguardo ambientais, em ocupação de eixos de transporte, Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de cumprimentar os amigos que hoje nos visitam no plenário e que defendem, com muita dignidade, o nosso meio ambiente.

Recebi um telefonema do Deputado Federal Rodrigo Rollemberg, que nos honra com o seu trabalho na Câmara Federal. Sua assessoria, o Sr. Manuel, está acompanhando os amigos que hoje nos visitam.

Quero lembrar que ainda há tempo para as contribuições, através dos Deputados. Montamos um comitê técnico que está funcionando de segunda à sexta-feira, das 8h da manhã às 18h, na sala anexa à Presidência. Os técnicos da SEDUMA estão lá recebendo as sugestões, as contribuições. Portanto, caso os amigos que aqui estejam tiverem já no papel as suas sugestões, que elas sejam apresentadas, porque certamente serão apreciadas.

Deputado Batista das Cooperativas, eu gostaria de dizer que o debate político em relação à questão do PDOT vai acontecer no dia de amanhã. Hoje estamos reservando uma agenda econômica para discutir o IPVA, o IPTU, o crédito orçamentário e, no dia de amanhã, discutiremos o PDOT. Mas é oportuno, porque quem sabe as contribuições não podem ser acolhidas?

Portanto, convido aqueles que nos visitam hoje, caso desejarem, a levarem suas contribuições aos técnicos do Governo e também da Câmara Legislativa que estão instalados na sala ao lado da Presidência da Casa.

Muito obrigado.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Agradeço o aparte do Deputado Leonardo Prudente.

O Setor Habitacional Catetinho é viável, assim como o são o Setor Noroeste, o Setor Mangueiral, a expansão do Paranoá, como o preenchimento de espaços urbanos vazios. O que não se entende é ficar um grande espaço vazio e termos um metrô, Deputado Milton Barbosa, saindo do Plano, indo ao Recanto, ao Gama e



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 8 |

passando num grande espaço vazio urbano. Nisso, sim, está claro, está desenhado que, se não ocuparmos corretamente o Catetinho, teremos, no futuro, em vez de 20 mil moradias planejadas, Deputado Rogério Ulysses, 100 mil barracos. Vamos ter 100 mil barracos! Alguém pode tentar nos convencer de que isso não vai acontecer. Aconteceu em Vicente Pires, aconteceu no Itapoã, próximo à região de V.Exa., aconteceu nos núcleos rurais. Aconteceu! Então, é importante criarmos, sim, setores com responsabilidade.

Até agora, estou procurando entender essa defesa que o Partido dos Trabalhadores tem feito em cima da moradia. Eles não são contra a moradia, porém são contra a criação de novos setores. Estou querendo entender isso. Com certeza, existe uma engenharia de explicação do Deputado Cabo Patrício nesse sentido. Não são contra a habitação, mas não querem que se criem novos setores. Possivelmente, há um plano para se habitar o espaço. Provavelmente há alguma coisa nesse sentido. Então, eu queria pedir ao Deputado Cabo Patrício: não faça isso com a Polícia Militar, com as pessoas que precisam de habitação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O tempo já se esgotou. Foi até extremamente flexível por se tratar de um debate importante.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Parlamentar Independente. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Paulo Tadeu, eu queria, primeiramente, registrar e dar as boas-vindas ao Movimento Lúcio Costa, que hoje faz, na verdade, um trabalho de diálogo, de pressão legítima, democrática, tentando de fato criar, como bem disse uma senhora agora há pouco, um efeito dominó nesta Casa.

Se fizermos hoje uma consulta individual, Deputado Batista das Cooperativas, aos Parlamentares desta Casa, vamos perceber que — não digo quanto ao PDOT como um todo, mas ao momento de aprovação — não há consenso. Não há. Não tenho procuração dos Parlamentares para falar em nome deles, mas nas conversas que temos tido com os colegas percebemos que há uma preocupação em estudar melhor o projeto, em ouvir melhor a sociedade. Percebemos algumas pessoas de bem que não têm interesse financeiro, tampouco interesse político — não são candidatos a nada —, procurarem o Poder Legislativo local, o Poder Legislativo Federal. O Deputado Rodrigo Rollemberg tem feito também essa ponte junto ao nosso mandato aqui, no Poder Legislativo. Essas pessoas têm que ser ouvidas. Tem de, pelos menos, haver essa sensibilidade. Podem dizer: não, mas elas foram ouvidas nas audiências públicas. Tudo bem. É fato. Mas, se nas audiências públicas não se esgotaram totalmente os argumentos, se não se conseguiu construir algo em que houvesse, de certa forma, mais consenso, que fosse mais pacífico, com mais bom senso, acho que nós, representantes da população, podemos, sim, dar ouvidos a esse segmento, ter mais calma, mais tranquilidade, mais prudência. Quem sabe,



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 9 |

no momento oportuno, provavelmente no início do próximo ano, consigamos contemplar melhor essas diferenças.

Vejo e quero aqui dizer que é legítimo o trabalho que o Deputado Batista das Cooperativas faz nesta Casa. Ele defende, sim, a bandeira da moradia. Ele foi eleito por esse segmento. O nome do Parlamentar é Batista das Cooperativas. É legítimo.

O Deputado Benício Tavares faz aqui um trabalho de defesa dos deficientes e ontem contou com a aprovação de uma lei espetacular, extremamente inspirada, que traz justiça social.

E é legítimo o Deputado Cabo Patrício fazer aqui a defesa dos PMs, dos bombeiros, e trazer a voz da Oposição para esta Casa, como bem faz, de forma aguerrida.

Trago aqui uma visão ponderada, uma visão de que podemos apreciar melhor, com mais serenidade, com mais segurança e com mais tranqüillidade.

E quero agradecer ao Deputado Alírio Neto, que nos recebeu há pouco em sua sala e que se colocou na posição de um Presidente sensato. S.Exa. disse: "Olha, eu estou aqui para seguir o Regimento Interno, seguir a Lei Orgânica do Distrito Federal". E nesta Casa há o Colégio de Líderes, que, se quiser se reunir e, de fato, assumir uma posição, talvez possa contribuir para que o PDOT deixe de ser visto como um problema ambiental, deixe de ser visto como um problema de trânsito e passe a ser uma celebração do Distrito Federal, uma celebração de quem pensa Brasília para frente e de quem quer ver a cidade desenvolvida no futuro.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Concede-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa., Líder da Oposição nesta Casa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rogério Ulysses, eu gostaria de parabenizar V.Exa. por suas palavras mais uma vez sensatas, como fez ontem quando solicitou ao Governador a retirada do Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

É claro que não somos simplesmente contra a moradia, Deputado Batista das Cooperativas. A briga de V.Exa. por moradia é justa, como já disse o Deputado Rogério Ulysses – tanto é que V.Exa. se chama Batista das Cooperativas.

Nós somos 24 Parlamentares, representantes de todos os movimentos sociais e sindicais. Agora, não podemos usar a criação de uma cidade ou de moradias para uma pequena parcela da sociedade como cortina de fumaça para a especulação imobiliária.

Eu tenho dito e vou reafirmar: o Partido dos Trabalhadores não vai compactuar com a legalização da especulação imobiliária! No substitutivo ao projeto há áreas particulares – áreas particulares – das quais estão mudando a destinação!



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 10 |

O terreno da NOVACAP, por exemplo, não vai pertencer mais à NOVACAP. E ainda há outros terrenos.

É bom que todos os Parlamentares conheçam o substitutivo. Os mapas não batem com as tabelas. O crescimento, Deputado Rogério Ulysses, como V.Exa. disse, de mais de 5 mil hectares vai para mais de 20 mil hectares, principalmente no eixo perto da cidade de V.Exa., São Sebastião, na DF-140, que não é o eixo viário planejado pelo Governo do Distrito Federal no Brasília Integrada.

Como vai ficar a questão da Ponte JK? Será que vai virar mais uma Estrutural, com a necessidade de se ter pela manhã a vinda para Brasília e à tarde um único sentido voltando para aquela região?

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial, Deputado Batista das Cooperativas, não é só criação de moradia. É o planejamento das cidades, é o planejamento do Distrito Federal em todos os sentidos! E só vai haver revisão daqui a 10 anos.

Muito obrigado, Deputado Rogério Ulysses. Continue com sua coerência, do mesmo modo que tem tido, aguerrido aqui nesta Casa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Agradeço o aparte do Deputado Cabo Patrício.

Concluo, dizendo uma única frase: o momento é de reflexão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Passa-se aos
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que esta Casa está prestes a definir quais os seus reais compromissos: se vai se submeter a analisar o Plano Diretor de



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 11 |

Ordenamento Territorial sem profundidade alguma e deliberar ou se vai se colocar ao lado desta cidade, ao lado do povo desta cidade, Capital da República e, como dizem, Capital da Esperança.

Hoje, a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 60 anos. Hoje é o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

O direitos chamados de 4ª geração são, entre outros, os direitos ao meio ambiente, à liberdade do ser humano de ser como é, à liberdade do ser humano de agir, desde que os seus atos não interfiram, não provoquem sofrimentos em outros ou nos que virão depois de nós. Os direitos de 4ª geração são assegurados para os que virão depois de nós.

Quando falamos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, nós falamos em cumpri-la. E cumpri-la, entre outras coisas, no Plano Diretor de Ordenamento Territorial, significa impedir que nós destruamos as áreas de proteção de manancial, que nós coloquemos em risco o abastecimento de água.

O Governo do Distrito Federal, inclusive, chegou a firmar um termo de ajustamento de conduta assegurando que não iria fazer o adensamento urbano nas áreas de corredores ecológicos, de preservação do tão combatido cerrado e de proteção de mananciais.

O Bairro Catetinho significa ferir direitos de 4ª geração, ferir a segurança e a prerrogativa de deixarmos esta cidade melhor do que a encontramos.

Os relatores tiveram cinco meses para elaborar pareceres acerca do Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Querem que analisemos esse plano em duas semanas, porque só o recebemos há duas semanas. Há poucos dias, nós recebemos os mapas. Ao investigarmos o material extenso do PDOT, nós percebemos, como já disse o Deputado Cabo Patrício, que se quer mudar a destinação de área de propriedades particulares. Alguém irá lucrar com isso.

Há algum tempo, o Governo nos encaminhou a sua demanda reprimida de habitação. Nós estamos com um plano que estabelece uma área quatro vezes superior à área necessária para o atendimento de toda a demanda habitacional desta cidade até 2020. Portanto, a área que vai ser destinada à expansão urbana é quatro vezes superior à necessária para resolver e dar cabo da demanda reprimida de habitação desta cidade. Nós estamos analisando o PDOT, que vai, na verdade, atender não à demanda habitacional reprimida, mas, sim, aos interesses da especulação imobiliária nesta cidade.

Esta cidade teve duas garras muito ferozes que deixaram marcas indeléveis no seu futuro e na sua própria cidadania. Uma delas foi a grilagem de terras; a outra foi a especulação imobiliária.

Votar o PDOT esta semana é atestar a irresponsabilidade com o nosso povo e a nossa terra. O Governo do Distrito Federal diz que é preciso criar áreas urbanas



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 12 |

de baixo adensamento para construir *Alphavilles*. Eu digo que a demanda habitacional reprimida é de baixa renda e que ela não vai ser contemplada com *Alphavilles*, pois é de baixa renda.

Sr. Presidente, analisando o artigo do Secretário de Desenvolvimento Urbano, Cássio Taniguchi, em que S.Exa. falava em regularização, em legalização e em dar oportunidade de morar legal a quem já ocupa áreas, verifico que S.Exa. não guarda coerência com o que nós estamos analisando aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal, não guarda coerência com especulação imobiliária, não guarda coerência com destruição de áreas de proteção de mananciais, não guarda coerência com a destruição do futuro para nós mesmos e para os que virão depois de nós.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem os direitos de quarta geração, os direitos ao meio ambiente, à dignidade, à moradia, a ter o lugar onde nos encontramos e a não nos perdermos ou sermos moídos por interesses de grandes grupos empresariais. Esta Casa não pode votar o PDOT nesta semana, sob pena de estar cometendo um verdadeiro crime contra nós mesmos.

Faço um apelo a todos os Deputados para que se somem nesta posição para dizermos ao Governador do Distrito Federal: queremos analisar com vagar esse plano, queremos impedir que haja interesses subterrâneos nele e queremos, acima de tudo, que S.Exa. respeite o povo de Brasília e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, dando tempo para analisarmos o PDOT, que é o nosso presente e o nosso futuro.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves e, logo em seguida, ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje o Deputado Milton Barbosa foi o primeiro a fazer um pronunciamento aqui e chamou a atenção de muitos dessa Casa, com razão. Sentimos dificuldade às vezes. Aqui nós somos 24 Deputados e, às vezes, sentimos a necessidade de ter alguém para dialogar conosco, para ouvir aquilo que vamos falar e para trocar, fazer um aparte, conversar. Às vezes, sentimos uma solidão enorme nessa tribuna. Mas eu não me incomodo com isso, Deputado Milton Barbosa, eu até acho bom, eu acho ótimo. Sabe por quê? Porque existe um momento de reflexão nosso em que começamos a pensar em determinadas coisas. Por exemplo: eu acabei de ouvir a Deputada Erika Kokay dizer que o Governador Arruda não respeita o Distrito Federal. S.Exa. respeita, respeita muito. É do meu partido, Democratas. Respeita e respeita bem. Faz visitas e está por aí. Eu respeito a opinião da Deputada.

O Governo Lula hoje faz um apelo à nação brasileira. Está nos jornais. No lado inverso, Deputada, está escrito assim: "O usuário de drogas sofre muitos efeitos colaterais, e o pior deles é falta de atitude da família." No outro lado, está escrito: "Gastem! Gastem!" Isso é o Governo Lula mandando o povo gastar: "Lula faz apelo a



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 13 |

consumidor para salvar 2009". Gastem, torrem o dinheiro de vocês, entrem em janeiro "duros", pedindo esmola ou vivendo com o seu "bolsa-família".

O SBT mostrou, em uma reportagem recente – parabéns ao noticiário nacional do SBT –, uma cidade inteira onde os trabalhadores rurais, aqueles que plantavam arroz, milho e feijão, ficavam sentados na porta de casa. O repórter perguntou: "O senhor não planta mais nada?". Ele respondeu: "Não". Olhava ao seu redor e dizia: "Está vendo, ali ninguém planta". O repórter então perguntou: "Onde está a agricultura? Por que o senhor não planta nada?". Ele respondeu: "Eu estou esperando o dinheiro do Governo Federal, que vem todo mês aqui certinho". Uma cidade inteira, Deputada Jaqueline Roriz!

Estão fazendo isso nas cidades pobres brasileiras. Estão levando dinheiro para aquele trabalhador que está lá e dizem assim: "Você não trabalha mais, você fica aqui em casa, e eu vou te dar tudo". No dia em que esse dinheiro faltar, não se tem mais nada. O trabalho dignifica o homem, e não um bando de vagabundos que estão sendo adestrados e comandados nas periferias das pequenas cidades do Brasil.

Agora vem o estímulo: "gastem"! Eu, do plenário desta Câmara, conclamo: "Não gastem nada!". Não comprem carro, não comprem nada agora e também, se possível, não saiam de viagem, fiquem em casa para o ladrão não assaltar o pouco que vocês têm. Fiquem em casa, porque é muito fácil sair, festejar, é Natal! O pessoal mistura Natal com festa, celebridade. Natal é confraternização, é a união da família, e é isso o que buscamos.

O depoimento que eu dou neste final de ano é para uma reflexão: o que nós estamos fazendo?

No caso do PDOT – só para lembrar e só para deixar registrado –, no almoço que tivemos com o Governador anteontem – eu, o Deputado Raad Massouh, o Deputado Pedro do Ovo, o Deputado Berinaldo Pontes, o Deputado Bispo Renato, a Deputada Luzia de Paula –, o Governador foi claro. S.Exa. disse: "O PDOT não é uma aventura, e não quero nada de especulação e nada de irregular. Por favor, analisem-no". Esse foi o pedido do Governador José Roberto Arruda a todos nós. Disse que não quer picaretagem nem trambique, nada nesse negócio.

Portanto, eu me recuso a acreditar que alguma coisa irregular acontecerá. Por exemplo, existe alguma coisa irregular no Catetinho? Eles estão falando tanto do Catetinho que o Governador disse: "Então, apresentem uma emenda para ser analisada". As colocações foram essas. Nós, aqui, não estamos preparados para cometer nenhum erro, muito pelo contrário, existem muitos técnicos e profissionais de todos os Deputados trabalhando nisso.

Para encerrar, eu quero parabenizar o Deputado Cristiano Araújo pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo na Presidência da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e que eu tenho acompanhado. Deputado Cristiano Araújo, meus parabéns pelo trabalho não só de V.Exa., mas de toda a sua equipe!



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 14 |

Está todo mundo preocupado com a Mesa Diretora: reuniões e reuniões... Os suplentes são bem mais organizados, Deputado. A Mesa é Mesa Diretora dos titulares. Eu acho que, segundo os Deputados, a Mesa dos suplentes é a Mesa "suplentetora". Ela já está certa. O Presidente já foi escolhido, o Vice-Presidente, o Secretário, todo mundo. Então, vocês vão ver que, em Janeiro, estaremos aqui fortes. O Presidente é o Deputado Bispo Renato, eu já disse isso aqui, e o Vice-Presidente é o Deputado Berinaldo Pontes. Eles foram eleitos lá na Churrascaria do Lago Norte. Maravilha! Está tudo certinho.

Desejo a todos vocês um Feliz Natal e um bom Ano Novo para aqueles que estão em casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Logo em seguida, iniciaremos a apreciação dos projetos que constam na Ordem do Dia, e eu quero comunicar aos nobres Pares que não são poucos. São muitos projetos para apreciação deste Plenário. E projetos complexos.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa-tarde a todos os pares e à Imprensa. O que me traz hoje a esta tribuna, em breves palavras, é somente a mesma preocupação que apresentei aqui ontem em relação ao PDOT.

Há muita preocupação da minha parte em relação às áreas rurais e às áreas de preservação ambiental, áreas que podem transformar nossa cidade em uma cidade menos agradável de se viver. Tomo como exemplo a minha cidade de Sobradinho porque a conheço mais e vejo que uma área delimitada para ser aprovada no PDOT inclui vários condomínios da nossa região que realmente têm que ser legalizados, várias situações que realmente merecem ser regularizadas, mas infelizmente inclui algumas áreas rurais e de proteção ambiental que realmente não deveriam ser legalizadas. E muito nos preocupa saber que não há como separarmos a área que eu não gostaria que fosse aprovada da área que, no meu entender, deveria ser aprovada.

Então, ficou uma situação muito complicada, porque, para aprovarmos o que realmente tem que ser aprovado, temos que nos sujeitar a aprovar também o que, na nossa consciência, não deve ser aprovado. Então, fiz essa emenda, dei entrada nela ontem e a protocolei, pedindo que se estude com mais carinho essa situação, e que nos permitam aprovar aquilo de que realmente a comunidade precisa, mas que nos dêem o direito de, por intermédio de algum tipo de emenda, excluir as áreas que achamos que podem prejudicar a nossa comunidade.

No meu exemplo, em Sobradinho, há áreas que criam uma cidade que vai trazer mais 30, 40 mil pessoas. Hoje, para vir de Sobradinho para o Plano Piloto, já



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 15 |

há uma dificuldade muito grande. Temos grandes dificuldades hoje com água. Sobradinho tem dificuldade de água potável! Nós temos um único ribeirão que está sendo acabado! Então, ao criar-se uma cidade do lado do nosso ribeirão, acaba-se com toda a qualidade de vida, que já está difícil.

A única coisa que eu queria no momento é pedir um pouco mais de análise. Pedir um pouco mais de sabedoria a todos nós, a todos os nobres pares e a todos do Poder Executivo para que se libere o que realmente precisa ser liberado, desvinculando-o do que realmente achamos que não deve ser liberado. Ter que votar tudo no mesmo pacote realmente fica muito difícil.

Fica aqui essa observação. Faço questão que fique anotada nos Anais desta Casa a minha indignação com esse tipo de votação. Muito obrigado.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. a Inversão de pauta para apreciação do Item nº 41, que trata do Projeto de Lei nº 1.039, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência atenderá à solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Vou solicitar também a todos os Parlamentares que ainda não o fizeram que o façam. Devem ser encaminhados à assessoria de plenário dois projetos de cada Parlamentar para apreciação ainda este ano; se possível, hoje.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito Inversão da pauta para que seja apreciado o Item nº 19, que se refere ao Projeto de Lei nº 810, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que "proíbe a emissão de comprovantes em papéis termo sensíveis no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Solicito a inversão, também, para que seja apreciado o Item nº 23 – que consideramos de muita importância –, que se refere ao Projeto de Lei nº 1.717, de 2005, de autoria do Deputado Augusto Carvalho, que "dispõe sobre a inclusão de conhecimentos básicos da Lei Orgânica nos programas de concursos públicos para as carreiras da Administração Pública do Distrito Federal".

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acatarei a solicitação feita inicialmente por V.Exa. em relação ao projeto da Deputada Jaqueline Roriz.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 16 |

Em relação aos Deputados que não se encontram presentes, acredito que deveríamos priorizar a votação dos projetos dos Deputados presentes em plenário e, em seguida, votaríamos as matérias dos outros Parlamentares.

A idéia é avançarmos hoje nos projetos dos Parlamentares, esperando que o Governador não os vete. De qualquer maneira, vamos seguir.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Milton Barbosa solicitou a inversão da pauta para apreciar o Item nº 19. Eu a solicito para apreciar o Item nº 41.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Item nº 41:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.039, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "dispõe sobre o direito a uma folga anual para todos os servidores públicos do Distrito Federal, no dia do seu aniversário, sem perda de vencimentos, nas condições que especifica, e dá outras providências".

Essa matéria não recebeu pareceres nas comissões.

Solicitarei aos relatores da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Constituição e Justiça que se manifestem sobre a matéria.

Conforme indicação feita, o primeiro relator será o Deputado Cristiano Araújo pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Em seguida, convidarei o Deputado Milton Barbosa para proferir parecer, ou indicar relator, pela Comissão de Assuntos Sociais. Por último, convidarei a Deputada Eurides Brito para proferir parecer pela Comissão de Constituição e Justiça.

Este é o projeto do Deputado Wilson Lima. Em seguida, apreciaremos a proposta da Deputada Jaqueline Roriz.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.039, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "dispõe sobre o direito a uma folga anual para todos os servidores públicos do Distrito Federal, no dia do seu aniversário, sem perda de vencimentos, nas condições que especifica, e dá outras providências".



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 17 |

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, consideramos este um projeto justo. Não foram calculados impactos relevantes ao Orçamento. Portanto, somos pela admissibilidade do projeto na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita o parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria ou indique o relator.

Deputados desta Casa, Assessoria de plenário, prosseguiremos da seguinte maneira: votaremos um projeto, inicialmente, de cada Parlamentar. Só ao final da votação dos 24 primeiros projetos iremos para o segundo projeto, para que não haja Parlamentar com mais projetos aprovados do que outro. Então, cada Parlamentar irá aprovar um projeto. Só ao final dessa primeira rodada votaremos o segundo projeto de cada Parlamentar.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.039, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “dispõe sobre o direito a uma folga anual para todos os servidores públicos do Distrito Federal, no dia do seu aniversário, sem perda de vencimentos, nas condições que específica, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, não encontramos óbice que impeça o projeto de ter a sua tramitação normal, até porque é muito meritório. Está de parabéns o autor, o Deputado Wilson Lima.

O parecer é pela aprovação na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 18 |

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, designo o Deputado Pedro do Ovo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.039, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “dispõe sobre o direito a uma folga anual para todos os servidores públicos do Distrito Federal, no dia do seu aniversário, sem perda de vencimentos, nas condições que especifica, e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.039, de 2008, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 19:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 810, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “proíbe a emissão de comprovantes em papéis termo sensíveis no âmbito do Distrito Federal dando outras providências”.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Defesa do Consumidor.

A Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer sobre a matéria.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 19 |

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 810, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “proíbe a emissão de comprovantes em papéis termo sensíveis no âmbito do Distrito Federal dando outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 810, de 2008, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 21:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 541, de 2007, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “institui o Dia do Paraatleta no âmbito do Distrito Federal”.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de colocar outro projeto na pauta de votação. Como ficou combinado que cada Deputado poderia ter um projeto apreciado no dia de hoje, eu gostaria que esse projeto fosse retirado de pauta e outro que considero mais importante neste momento fosse incluído.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

de assuntos sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da CAS ao Projeto de Lei nº 1.053, de 2008, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “altera a Lei nº 4.027, de 16 de outubro de 2007, que dispõe sobre a prioridade de atendimento às gestantes, às mães com criança no colo, aos idosos com idade igual ou superior a 65 anos e aos portadores de deficiência física e dá outras providências”.

Sr. Presidente, depois de um minucioso estudo em que nos debruçamos sobre o projeto, a conclusão é pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 21 |

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.053, de 2008, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “altera a Lei nº 4.027, de 16 de outubro de 2007, que dispõe sobre a prioridade de atendimento às gestantes, às mães com criança no colo, aos idosos com idade igual ou superior a 65 anos e aos portadores de deficiência física e dá outras providências”.

Sr. Presidente, no âmbito dessa comissão, somos pela admissibilidade do projeto. Parabéns pelo projeto de grande relevância, nobre Deputado Milton Barbosa!

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.053, de 2008, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 22 |

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito inversão de pauta para apreciarmos o Item nº 34.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata o pedido de V.Exa.

Item nº 34:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 855, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “assegura às pessoas acometidas de transtorno mental gratuidade nos serviços públicos de Transporte Coletivo do Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vejo que há muitos projetos de Parlamentares dos quais ainda não temos conhecimento. Creio que na sua grande maioria são projetos importantes para a sociedade, mas faço aqui uma ponderação para uma futura reflexão. Há projetos como o de autoria do Deputado Cabo Patrício que estabelece obrigatoriedade de disponibilização de carros reservas, de 10% sobre a frota de ônibus, em cada cidade do Distrito Federal e o de autoria da Deputada Erika Kokay que assegura às pessoas acometidas de transtorno mental gratuidade nos serviços públicos. Nós sabemos que todas essas gratuidades e Imposições implicam a planilha da passagem e, certamente, podem gerar um aumento de passagem para o usuário do transporte.

Apenas para refletirmos sobre esse assunto e votarmos confortavelmente, peço a V.Exa. vista do projeto da Deputada Erika Kokay para, logo em seguida, analisá-lo e, quem sabe, votá-lo ainda antes do recesso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência concede vista do projeto ao Deputado Leonardo Prudente.

Deputado Leonardo Prudente, Deputada Erika Kokay e demais Parlamentares, eu acredito que esses projetos, ao constarem da Ordem do Dia, já tenham passado por uma primeira análise dos Líderes exatamente para evitar que, ao chegar ao plenário, o projeto se transforme numa matéria polêmica, gerando um debate que poderá consumir horas e horas da sessão. Sabemos todos nós que a pauta é muito extensa e que há muitos itens complexos na Ordem do Dia. Portanto, solicito aos Líderes que faça essa primeira triagem, até para que os projetos que constem na pauta sejam de consenso.

Deputada Erika Kokay, existe outro item na pauta da Ordem do Dia, de autoria de S.Exa., o Item nº 35, Projeto de Lei nº 2.571, de 2006, que “dispõe sobre



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 23 |

a inclusão do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA como tema transversal nos currículos da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Pode ser, Sr. Presidente, o Item nº 35 da Deputada Erika Kokay...

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – S.Exa. pediu para aguardar porque estava pensando em substituir esse item.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Perfeitamente. Se quiserem votar meu projeto, então...

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Item nº 38, de minha autoria, já está com tramitação concluída nas duas comissões. Trata-se do Projeto de Lei nº 411, de 2007, que “institui a política de prevenção e atendimento a gravidez na adolescência no âmbito do Distrito Federal”.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputada Jaqueline Roriz, o projeto, de fato, é meritório, e temos concordância com ele; porém, estabelecemos uma ordem de votação que é a seguinte: todos os 24 Parlamentares votarão o primeiro projeto; em seguida, voltaremos para apreciação do segundo projeto de cada Parlamentar.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Com certeza, já tive um projeto votado, o Item nº 19.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Mas vamos votar também esse outro projeto, que, de fato, é muito bom.

Item nº 42:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 231, de 2003, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que “cria carteira de doador de órgãos e institui atendimento preferencial na Rede Hospitalar Pública do Distrito Federal”.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que nenhum projeto de minha autoria está na relação para ser votado, eu queria pedir a V.Exa. que fosse incluído o Projeto de Lei nº 274, de 2007, que trata de um limitador de velocidade para os ônibus do Distrito Federal, pois penso que é de suma importância para a segurança dos passageiros e também dos pedestres. Eu acho que algumas capitais avançadas do mundo têm isso, e penso que seria um exemplo o Distrito Federal ter também.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 24 |

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Só para ficar claro, Deputado Reguffe: a assessoria de V.Exa. ainda não tinha indicado nenhum projeto para a assessoria de Plenário, não é isso?

DEPUTADO REGUFFE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Então, V.Exa. está indicando agora?

DEPUTADO REGUFFE – Sim, o Projeto de Lei nº 274, de 2007.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. neste momento. V.Exa. tem direito a mais um projeto, se assim o desejar.

DEPUTADO REGUFFE – Esse projeto impõe um limitador de velocidade...

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O mérito do projeto nós discutiremos na hora em que ele for apreciado, mas esta Presidência concorda com a inclusão do item. Peço a V.Exa. apenas que o encaminhe para a assessoria de Plenário. Durante a discussão do projeto, nós analisaremos o mérito, que também – quero dizer – é um mérito extremamente importante, com o qual concordo plenamente, Sr. Deputado.

Bem, já foi feita a chamada do Item nº 42. Quero comunicar ao Plenário que esse projeto já teve sua tramitação concluída nas comissões e recebeu parecer contrário na Comissão de Educação e Saúde. Então, Deputado Leonardo Prudente, como esse projeto tem um parecer contrário, apesar de o mérito ser extremamente louvável, pergunto a V.Exa. se os Líderes e demais Parlamentares concordam em colocar...

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Considerando que o projeto de minha autoria tem um parecer contrário na sua comissão de mérito, eu peço a V.Exa. que o retire de pauta, porque eu vou fazer uma avalliação dos motivos que ensejaram esse parecer. Se entender que são pertinentes, vou pedir o arquivamento; se não, vou pedir a revisão.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Perfeitamente. É importante dizer que, do ponto de vista regimental, Deputado Leonardo Prudente, não há nenhum óbice na sua tramitação, mesmo com este parecer. Como parece ser mais uma questão de cunho político, acredito que V.Exa. tenha razão – como um Deputado prudente que é – em fazer uma análise. Está retirado de pauta o item para apreciação política.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 25 |

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicito a Inclusão do Projeto de Lei nº 1.076, de 2008, que trata do Dia Distrital de Combate aos Maus-Tratos Contra os Idosos, a ser comemorado no dia 08 de fevereiro, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2008, que concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Sarkis Simão.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Roberto Lucena, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Solicito que V.Exa. encaminhe esses projetos à assessoria para que possamos organizá-los para apreciação em plenário.

Item nº 45:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 832, de 2008, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas, que "destina às mulheres chefes de família que atendam os requisitos que especifica vinte por cento das unidades de programas de interesse social".

Estamos sendo informados pela assessoria de plenário que este projeto recebeu pareceres favoráveis na Comissão de Assuntos Fundlários e na Comissão de Assuntos Sociais. Recebeu também uma emenda na Comissão de Assuntos Sociais e foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça. A assessoria já solicitou àquela Comissão o projeto e estamos aguardando a chegada dele em plenário para apreciação da matéria.

Deputado Batista das Cooperativas, caso V.Exa. queira ajudar nesse sentido, estamos aguardando a matéria chegar ao plenário, pois vem da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito à nossa equipe técnica que dê todo o apoio logístico ao projeto quando ele estiver em plenário.

Solicito a V.Exa. a apreciação do Item nº 18.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Eu gostaria de fazer uma solicitação aos Líderes. Deputado Batista das Cooperativas, esse é um projeto polêmico. Não é um projeto novo nesta Casa. Esse projeto já causou várias polêmicas aqui.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 26 |

Solicito aos Líderes desta Casa que façam uma triagem com relação aos projetos. Tivemos pelo menos cinco projetos chamados para apreciação que receberam pedido de vista, ou que requereram uma melhor análise política. Acho que isso acaba emperrando a agilidade dos trabalhos no plenário. Como estamos em um ritmo de votação bastante acelerado, peço aos Parlamentares que considerem...

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, retiro o pedido de apreciação do Item nº 18 e sugiro a deliberação do Item nº 46, que penso não ser polêmico.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Retiro o Item nº 18 da Ordem do Dia, agradecendo a compreensão do Deputado Batista das Cooperativas.

Item nº46:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 890, de 2008, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas, que "inclui no calendário oficial do Distrito Federal a Festa de São Jorge e Santo Expedito e dá outras providências".

A tramitação dessa matéria, conforme informação da assessoria de Plenário, já está concluída nas comissões.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Agora, sim, Deputado Batista das Cooperativas, a matéria obteve consenso absoluto, sem nenhum tipo de indagação.

Parabéns pela matéria!

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu apenas queria que fosse dado encaminhamento concreto à sugestão de V.Exa. para que os Líderes agendem uma reunião a fim de fazermos uma triagem dos projetos.

Quanto ao Item nº 24, que "dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 27 |

dá outras providências", há nesta Casa um projeto do Poder Executivo que será apreciado.

Há também o Projeto de Lei Complementar nº 62, de 2003, Item nº 14, Sr. Presidente, que modifica, regulamenta o art. 279 e o art. 281 da Lei Orgânica do Distrito Federal, instituindo o Sistema Distrital de Unidades de Conservação de Natureza. Também esse projeto não tem como ser apreciado. Então, eu gostaria de sugerir que seja marcada para amanhã, antes do início da sessão, uma reunião do Colégio de Líderes, para fazer a triagem.

Recentemente, esta Casa, no mesmo processo de análise dos projetos sem apreciação nas comissões, apreciando tudo em plenário, aprovou um projeto que exigiu uma lei do Executivo e uma lei nossa para alterar. Portanto, não dá para tratar projetos assim, ainda que a ementa não tenha nenhum tipo de discordância.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência acata a questão de ordem de V.Exa. Já está convocada para amanhã, às 10h, Sessão Extraordinária, que também já foi convocada para sexta-feira, manhã e tarde. Solicito a todos os Parlamentares e também aos assessores que fiquem atentos a essa convocação.

Acatando a questão de ordem de V.Exa., faço convocação nominal de Líderes para a reunião: pelo Bloco Democratas-Progressistas, Deputado Batista das Cooperativas; pelo Partido dos Trabalhadores, o Deputado Cabo Patrício; pelo Bloco Democrático Social Brasileiro, Deputado Benício Tavares; pelo Bloco Parlamentar Independente, Deputado Rogério Ulysses; pelo Bloco Social Trabalhista, Deputado Milton Barbosa; pelo Partido Democrático Trabalhista, Deputado Reguffe; pela Liderança do Governo, Deputado Leonardo Prudente. Todos se sintam convocados para a reunião de amanhã, às 9h, para discutir a pauta de votação, bem como os projetos apresentados pelos Parlamentares, facilitando o trabalho do Plenário.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB, Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agora, sim, já se encontra na Mesa Diretora o PL nº 1.030, de minha autoria e de outros Deputados, que "dispõe sobre a criação do programa de incentivo a investimentos pelo Governo do Distrito Federal no setor de tecnologia da informação e comunicação no Distrito Federal, nos termos que especifica, e dá outras providências".

O projeto foi protocolado agora na Mesa Diretora.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esse item está protocolado como item extrapauta.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 28 |

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Ele passou por algumas comissões, Sr. Presidente, mas, como foi feito acordo, faremos o parecer das comissões aqui no plenário.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para aprovar a idéia de V.Exa. de fazermos uma triagem da pauta, porque há poucas sessões, há pouco tempo até o encerramento deste período legislativo de 2008.

Há muito projeto que poderia estar aqui, até porque está concluso nas comissões, as análises nas comissões já estão concluídas, como há muita coisa aqui em que não há consenso. V.Exa. mesmo, agora há pouco, conseguiu evitar que fosse tratado aqui um assunto em pauta que é um dos mais questionados. Como muito bem lembrou V.Exa., há vários anos se discute essa questão. Há, por exemplo, outro aqui que permanece em pauta, o das OSCIPs, sobre o qual a Comissão de Constituição e Justiça possui uma posição já estudada – não pode nascer nesta Casa, senão vai pecar por vício de iniciativa. O Governo já encaminhou um projeto para cá, mas prevalece aqui na pauta o que estava tramitando, originado nesta Casa. E assim há várias outras coisas.

Então, sugiro que amanhã de manhã façamos aquilo que se chama de “pauta limpa” para todas as sessões que teremos – amanhã de manhã e à tarde, sexta-feira de manhã e à tarde, se até lá formos. Poderíamos preparar essa “pauta limpa” amanhã pela manhã, pois há muita coisa que pode esperar, realmente, o novo período legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputada, a solicitação de V.Exa. restabelece a nossa organização para a tarde de hoje. Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa., o que significa dizer que todos os projetos – de Parlamentares – que estão hoje na Ordem do Dia serão discutidos amanhã pela manhã, para que os Líderes possam fazer essa primeira avaliação. Havendo consenso dos Líderes, os projetos virão para a Ordem do Dia aqui mesmo no plenário amanhã, às 10h da manhã.

A minha sugestão, para complementar a questão de V.Exa., é que apreciemos, neste momento, alguns projetos do Poder Executivo em que já há consenso, deixando as demais matérias para amanhã pela manhã. Tudo bem, Líderes?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Falando em nome do PMDB, está perfeito!

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Então, solicito aos Deputados que ainda não indicaram que indiquem os projetos para a Assessoria de Plenário, até o final dessa sessão, para que amanhã, às 10 horas, os apreciemos. É muito ruim,



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 29 |

nobres Deputados, fazermos toda uma discussão de Líderes e, em Plenário, os Deputados apresentarem projetos que não passaram pelo crivo ou pela discussão dos Líderes. Então, amanhã, todos os Parlamentares que não apresentaram apresentem, para que os Líderes possam fazer essa análise.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Em complemento, mas concordando com V.Exa. e com a Deputada Eurides Brito, eu considero necessário que o Colégio de Líderes, instância própria para isso, faça uma seleção. Aliás, é sempre necessário observar que, se o trabalho do Plenário é o voto, o trabalho do Colégio de Líderes é o trabalho de depuração, importantíssimo, inclusive quando se observa que, nesse ou naquele projeto, Deputado Rogério Ulysses, há dissenso. E o dissenso é colocado aqui, francamente, em voto aberto.

Agora, Sr. Presidente, pelo que observei, acho que V.Exa. poderia permitir, inclusive nesta reunião do Colégio de Líderes, que Parlamentares que não tenham projetos indicados lá na pauta possam fazê-lo ainda amanhã de manhã. Não aqui, diretamente, em plenário, mas ao Colégio de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Chico Leite, concordo com V.Exa. A sessão extraordinária está marcada para as 10 horas da manhã. Os Líderes estão convocados para uma reunião às 9 horas da manhã. Esta Presidência acredita que, nesses sessenta minutos de discussão, os Líderes poderão fazer uma triagem dos projetos dos Parlamentares. Com relação aos projetos do Governo, aos projetos do Executivo, já foi feita a triagem. Já estão em discussão vários desses itens. Portanto, amanhã faremos apenas a discussão dos projetos de Deputados.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, refiro-me à possibilidade de aquele Parlamentar que não tem incluído na pauta, ainda – ocorreu comigo –, algum projeto que endereçou naquele entendimento dos Líderes, fazê-lo amanhã de manhã. Eu fiz, mas não vi constar na pauta, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Parece-me que foi construído um acordo, Deputada Eurides Brito e Deputado Benício Tavares, de votarmos, na tarde de hoje, em primeiro turno, os projetos de tributos como IPTU, IPVA e Taxa de Limpeza Pública. Apenas em primeiro turno, deixando para o segundo turno a apresentação de emendas que os Parlamentares, por ventura, desejem fazer. Pergunto aos Líderes se é esse mesmo o acordo, porque, daí, poderíamos passar para estes três projetos – IPTU, IPVA e Taxa de Limpeza Pública –, deixando para o segundo turno a apresentação de emendas que, por ventura, os Parlamentares desejem fazer.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 30 |

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, realmente foi construído esse acordo entre os Líderes, em função de, justamente, não termos consenso em vários projetos, nem mesmo nas emendas apresentadas a esses três projetos a que V.Exa. se referiu, no primeiro turno.

Então, que sejam votados os três projetos hoje, em primeiro turno, do jeito que vieram, sem nenhuma emenda. As emendas ficariam para o segundo turno, nos próximos dias.

Eu queria falar, também, sobre a questão dos projetos de Parlamentares que não tramitaram nas comissões. É importante deixar claro que construímos o acordo, no início desta legislatura, de que os projetos seriam votados depois que passassem, no mínimo, por duas comissões. E isso não ocorre. Não ocorre também porque todo dia chega projeto do Executivo para ser votado aqui e todo o dia também as comissões e as Lideranças têm que trabalhar em cima desses projetos, que se sobrepõem aos projetos dos Parlamentares, que acabam não sendo votados.

Portanto, é importante que comecemos a pensar nessa questão, para que, no próximo ano, priorizemos os projetos de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Quero dar aqui mais um aviso importante, a fim de que possamos organizar bem os nossos trabalhos para os próximos dias: todos os Parlamentares que ainda não indicaram projetos devem fazê-lo até as 18 horas de hoje, pois iremos disponibilizar na rede da Casa os 48 projetos. Portanto, dois projetos de cada Parlamentar. Dessa forma, todos os Parlamentares terão acesso a esses 48 projetos que irão para a discussão dos Líderes amanhã, às 9 horas da manhã.

Então, até as 18 horas, todos os Parlamentares, por favor, encaminhem seus projetos à Assessoria de Plenário, para que eles possam, ainda hoje, estar disponibilizados na rede da Casa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda a respeito do que disse a Deputada Eurides Brito e o Deputado Cabo Patrício. Quanto ao processo legislativo, todos sabemos que foi prometida uma coisa, e a avalanche de serviço ou não nos levou a esse estado de coisas. Estou falando de fatos. Ouvi um reclamo do Deputado Raad Massouh de que a comissão dele não se reuniu uma vez sequer nesse semestre, e outras também o fizeram. Ressalto a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Assuntos Sociais, que, inclusive, vai às cidades. Então, quando os projetos passam nas comissões e não são apreciados, acontece isso aqui. Se nós não obedecermos ao que a nossa cartilha manda,



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 31 |

acontecerá isto: uma pauta recheada de projetos que não passaram por nenhuma comissão.

Então, o que ocorre é exatamente isso. Devemos repensar – não digo agora, no final desta primeira Mesa Diretora, que, aliás, trabalhou muito bem – o processo legislativo. Colocando o processo legislativo em execução, não teremos problema nenhum. Os projetos passarão por pelo menos uma ou duas comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Milton Barbosa, essa questão que V.Exa. traz é extremamente pertinente. Esta Presidência quer concordar com V.Exa. e dizer que há nove comissões em funcionamento nesta Casa, com Parlamentares eleitos para presidi-las. Portanto, se não conseguirmos neste ano uma agilidade maior na apreciação das matérias, que possamos fazê-lo na nova Mesa, com novas comissões, cujos componentes serão eleitos nos próximos dias.

Quero concordar com V.Exa.: é importante que as comissões realmente apreciem essas matérias.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na condição de Líder do Governo, cumprimento o Deputado Cabo Patrício e digo que concordo com S.Exa. É fundamental que esta Casa tenha a consciência de que estamos aqui em função não do Executivo, mas do Parlamento. É fundamental que se apreciem os projetos dos Deputados. Porém, não podemos deixar de apreciar os projetos de relevância do Executivo. Solidarizo-me de uma forma muito rápida com o Deputado Milton Barbosa. É uma comissão, juntamente com a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, que não deixou de se reunir uma única vez. Logicamente, a CCJ também não, pelo dever de ofício. No que diz respeito ao PDOT, todas as audiências públicas, as reuniões técnicas da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, na condição de relatoria, foram feitas dentro das reuniões da comissão.

Sr. Presidente, o Item nº 45 já tem condição de ser votado. Era o nosso ajuste. Já chegou ao plenário o projeto. Então, peço que V.Exa. acate a questão de ordem e coloque o projeto em votação assim que possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Batista das Cooperativas, a Deputada Eurides Brito fez uma questão de ordem, e esta Presidência a acatou. Todos os projetos dos Parlamentares irão para a Ordem do Dia ainda hoje, a fim de que os Líderes, amanhã, às 9 horas... V.Exa. já tem um projeto aprovado em primeiro turno. Inclusive, esse projeto...



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 32 |

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Não tenho nenhuma discordância. Só estou resgatando a questão porque o projeto chegou aqui e é um ajuste nosso. Mas não há nenhuma discordância. Podemos colocá-lo em votação amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Amanhã, V.Exa. e os demais Líderes poderão fazer a discussão.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Perfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – É importante também que os Líderes atentem para os projetos dos 24 Parlamentares que estão aqui hoje, porque poderá acontecer, nesse período final, uma mudança em que os Deputados que estão nas secretarias de governo regressem à Casa. Então, deve ficar garantido, por meio de acordo político, que todos os projetos indicados pelos 24 Parlamentares, incluindo os 6 Deputados suplentes, serão aprovados até a próxima segunda-feira. Esse é um compromisso desta Presidência, Deputado Raad Massouh, com relação não apenas aos projetos de V.Exa., como aos dos demais 5 Deputados suplentes, mesmo que os titulares porventura voltem amanhã. V.Exa. pode, então, indicar os seus projetos, para que possamos encaminhá-los à assessoria de plenário.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu iria pedir para fazer uso da palavra exatamente para saber se eu poderia incluir, na Ordem do Dia, o Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2008, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Está acatada a solicitação de V.Exa. Os dois projetos vão para a Ordem do Dia, para que amanhã, pela manhã, os Líderes discutam. É claro que V.Exa. ainda estará aqui amanhã, porque a informação que chegou a esta Presidência é que, provavelmente, os titulares só voltarão na segunda-feira. Então, amanhã e sexta-feira, V.Exa. estará aqui conosco, honrando-nos com a sua grata presença.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi V.Exa. falar de votarmos, ainda hoje, o primeiro turno do reajuste dos tributos. Especificamente quanto ao IPVA, eu queria formular uma solicitação — é até importante a presença do Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente.

Quando a tabela do IPVA foi enviada pelo Governo, ela chegou a esta Casa, vejam bem, antes da crise da retenção do crédito e, portanto, antes da efetiva consequência que foi a queda dos preços dos veículos. A nossa liderança do Partido dos Trabalhadores, através do Deputado Cabo Patrício, fez um requerimento ao Governo para que se fizesse a efetiva atualização da tabela, porque, evidentemente,



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 33 |

se o preço dos carros sofreu uma queda, essa base também deverá sofrê-la para não se onerar tanto o contribuinte do Distrito Federal, como já se onera.

Pois bem, colocou-se um dispositivo, pelo qual a Secretaria poderia, por ato administrativo — vejam bem: poderia, e para baixo —, operar essa atualização. Eu queria pedir que viesse até amanhã nova tabela com essa atualização, proporcional à queda de preço que sofreu a frota de veículos, fundamentalmente os usados, e que esta Casa, em nome do povo do Distrito Federal, já votasse a atualização, não a deixasse ao talante da Fazenda ou do ato administrativo, que não teve representação para tanto do povo do Distrito Federal.

Nós aqui, Sr. Presidente — V.Exa. sabe porque é um dos grandes protagonistas dessa medida —, conseguimos por 2 anos, e agora pelo terceiro, o limite do INPC. Tentamos muito no passado e, lamentavelmente, não conseguimos. Então, eu queria fazer esse apelo à prudência do Deputado Leonardo Prudente e aos colegas, de uma maneira geral, para que aguardássemos que o Governo enviasse essa atualização no nível dos preços, que, de fato, caíram. Essa é a minha solicitação.

DEPUTADO MILTON BARBOSA — Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) — Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu gostaria de dizer, Deputado Chico Leite, que tenho certeza de que prudente será o Deputado Leonardo Prudente, realmente, na apreciação do pedido que V.Exa. fez.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) — Bem, não há discordância na apreciação de duas matérias: a Taxa de Limpeza Pública e o IPTU.

Passaremos ao Item nº 10. Prestem bem atenção: vamos votar esses dois projetos, da maneira como vieram do Poder Executivo, sem prejuízo das emendas em segundo turno.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE — Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) — Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero dizer que só vamos votar o segundo turno do IPVA depois de ouvirmos as ponderações do Deputado Chico Leite. Na medida do possível, se tecnicamente houver tempo hábil para o Governo mandar antes de sexta-feira as alterações, não vejo nenhuma dificuldade. Se não, certamente vamos construir com o Deputado Chico Leite um dispositivo que dê ao Governo essa condição de fazer, mas também que dê transparência durante o processo de revisão dos valores.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) — Item nº 10:



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 34 |

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 994, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.022, de 28 de setembro de 2007, que altera a Lei nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, que institui a Taxa de Limpeza Pública no Distrito Federal".

(Pausa.)

Enquanto aguardamos a chegada ao plenário do Projeto de Lei nº 994/2008, constante do Item nº 10, convidamos todos os Parlamentares para uma reunião na sala do cafezinho, a fim de discutirmos sobre a apreciação dos quatro itens sugeridos pelo Líder do Governo e organizarmos a sua votação. Lembramos que, até agora, o acordo é para a apreciação dos projetos referentes a tributos apenas em primeiro turno no dia de hoje, sem prejuízo das emendas em segundo turno.

Solicito à assessoria de Plenário que providencie a chegada desses processos no intuito de garantir a apreciação dos mesmos.

Está suspensa a sessão por 10 minutos.

(Suspensa às 17h28min, a sessão é reaberta às 17h51min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Está reaberta a sessão.

A Presidência informa aos Parlamentares, bem como à assessoria e à imprensa presente, que o acordo estabelecido é para a apreciação de quatro matérias em primeiro turno: IPTU, IPVA, Taxa de Limpeza Pública e a proposta de concessão do aterro sanitário. Todas as quatro matérias sem emendas no primeiro turno. Isso, é claro, não acarretará nenhum prejuízo à apresentação de emendas a esses projetos em segundo turno.

Está mantida e confirmada a reunião de Líderes para amanhã, às 9h da manhã. Portanto, às 10h da manhã, iniciaremos a apreciação das matérias. Como será uma sessão extraordinária, não haverá Comunicados de Líderes nem de Parlamentares. Amanhã, às 10h da manhã, entraremos diretamente na pauta. É importante comunicar isso aos Parlamentares.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considerando que os Deputados estão se dirigindo para os seus gabinetes e para este plenário e que, tanto para a aprovação da TLP quanto para a aprovação do IPTU e do IPVA, são necessários 16 votos, poderíamos começar pelo Item nº 15 da pauta, Projeto de Lei nº 948, de 2008, que trata da questão do aterro sanitário, pois, para sua aprovação, só é necessário maioria simples.

Aproveitando, votaríamos pelo processo nominal, para termos conhecimento do *quorum*.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 35 |

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 15:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 948, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a conceder o serviço público de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, e dá outras providências".

A matéria recebeu duas emendas de Plenário. Conforme acordo, essas emendas serão apreciadas, bem como outras que porventura sejam apresentadas no segundo turno, por este plenário.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria, sem prejuízo das emendas que serão apreciadas em segundo turno.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita o parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 948, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a conceder o serviço público de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, fizemos minucioso estudo, grande análise e discussão do projeto, bem como do seu mérito. Somos por sua aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da CAS.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 4 votos contrários: Deputado Paulo Tadeu, Deputado Cabo Patrício, Deputada Erika Kokay e Deputado Brunelli.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 36 |

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 948, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a conceder o serviço público de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, e dá outras providências”.

Conforme diz o Governador, “as autoridades ambientais vêm, ao longo do tempo, ressaltando a importância da criação de um aterro sanitário para o Distrito Federal que atenda aos sistemas mais atualizados de disposição final do lixo dentro dos métodos apropriados.

Assim, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, quando da emissão do licenciamento ambiental para a regularização da Vila Estrutural, colocou entre suas exigências a instalação do novo aterro sanitário.

A implantação desse aterro consta também entre os componentes do Contrato do Empréstimo nº 7.326/BR, celebrado entre o Distrito Federal e o Banco Mundial, constituindo um dos itens para melhoria do saneamento ambiental nesta unidade da federação.

Desta forma, o presente projeto de lei representa a ação inicial dos procedimentos para a implantação e operação do futuro Aterro Sanitário do Distrito Federal, o que deverá ser feito mediante a competente licitação.

Verifica-se que, conforme a Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que “estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico”, as obras e prestação de serviços decorrentes de um aterro sanitário constituem um serviço público de saneamento básico, assim entendido como o conjunto de atividades, infra-estrutura e instalações operacionais para tratamento e destino final do resíduo sólido urbano.

No termo do art. 175 da Constituição Federal, a prestação de serviços públicos será exercida pelo Poder Público diretamente ou sob regime de concessão ou permissão.”

Sob o ponto de vista da legalidade, Sr. Presidente, nós não encontramos nenhum óbice à aprovação do projeto.

O Governo optou pela concessão do serviço público por diversas razões. Ele elenca cinco comprometimentos do vencedor da licitação para a implantação desse aterro sanitário.

Assim sendo, como é previsto, tal medida seria ilegal se nascesse aqui no Poder legislativo. Sendo oriunda do Poder Executivo, sob o ponto de vista constitucional e sob o ponto de vista da legalidade, não temos nada a opor. Somos pela admissibilidade, portanto.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 37 |

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 3 votos contrários.

Esta Presidência gostaria de lembrar a todos os Parlamentares que esta matéria recebeu duas emendas e, conforme acordo de Líderes, todas as emendas serão analisadas em segundo turno.

Esta Presidência, entendendo que esta matéria estabelece relações com o patrimônio público, designa o Deputado Geraldo Naves para emitir parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Solicito ao Relator, Deputado Geraldo Naves, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 948, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a conceder o serviço público de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, e dá outras providências".

Sr. Presidente, lembro que as emendas serão discutidas em segundo turno.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 3 votos contrários.

Esta Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer sobre a matéria.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 38 |

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 948, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a conceder o serviço público de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 4 votos contrários.

Em discussão o Projeto de Lei nº 948, de 2008, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de apenas registrar que estou votando favoravelmente a este projeto. Peço apenas ao Poder Executivo que faça esta concessão com transparência. Eu penso que o serviço público de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos pode ser destinado para a iniciativa privada gerir desde que haja a regulação do Poder Público; desde que o Poder Público não perca o seu mecanismo de regulação sobre esse serviço, inclusive cassando a concessão da empresa caso ela não esteja cumprindo o serviço com qualidade para a população do Distrito Federal.

Então, vou votar com o Governo neste projeto e espero apenas que haja transparência na concessão, que a qualidade do serviço seja aferida e que o Governo não perca o mecanismo de regulação desse serviço. Isso é importante até para atender ao usuário, que é a população do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, votamos contrariamente



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 39 |

aos pareceres nas comissões, e vamos votar contrariamente também ao projeto em primeiro turno. O Governo, é claro, precisava tirar o lixão da Estrutural para fazer todas as obras que estão sendo feitas de estruturação, de urbanização. Aquela comunidade ficou mais de 20 anos sem toda essa assistência. Mas é bom lembrar que os recursos implementados para aquelas obras são do Governo Federal, e isso quase não aparece em propagandas, como se fosse uma obra do Governo Local, o que não é verdade. A transferência é necessária, mas não é necessária a concessão ou a permissão.

Quando se concede ou se permite que alguém explore algo, é claro que o concessionário, o empresário, vai ter que levar vantagem em alguma coisa. Aqueles que defendem o Estado mínimo votam a favor e votam com o Governo; aqueles que defendem serviços públicos de qualidade, a sociedade e os servidores públicos — como nós fizemos ontem aqui, garantindo a existência e o emprego dos profissionais do SLU e da NOVACAP — são contrários, porque a concessão desse espaço para o aterro vai gerar, inclusive, a criação de uma tarifa para subsidiar esse concessionário. E nós não vamos querer que o contribuinte do Distrito Federal seja onerado mais uma vez, com mais um tipo de tarifa, já que ele paga uma carga tributária muito pesada e não tem, em retribuição, serviços públicos de qualidade, como saúde, educação e segurança, em função da ineficiência do Governo do Distrito Federal.

A bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar contrariamente porque defendemos, sim, a atividade do serviço público, do SLU, na questão do aterro, e defendemos que não haja implementação, no futuro, de mais uma tarifa. Até porque é acreditar em Papai Noel achar que o Governo vai fazer uma fiscalização eficiente, uma regulação eficiente, que vai cortar ou suspender o contrato no caso de uma ineficiência do serviço. Nós estamos próximos ao Natal, mas é claro que já estamos suficientemente crescidos para não acreditar mais em Papai Noel.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, findo este Governo, provavelmente sobrará muito pouco Estado. Estamos falando de uma destinação final dos resíduos sólidos, da construção do aterro que, como bem disse o Deputado Cabo Patrício, já deveria ter sido feito quando houve a terceirização do Serviço de Limpeza Pública. E a empresa, à época Enterpa, depois Qualix, não o fez. O Governo está pagando duas vezes com os recursos vindos do BIRD e com o aval do Governo Federal. Está pagando mais uma vez o que já pagou, porque a empresa não efetivou a sua contrapartida.

Ora, os que dizem que o Governo tem que ter centralidade na educação e na saúde esquecem que este Governo não tem essa centralidade. Nós temos um jovem, vítima provavelmente de abuso de autoridade policial, que pode não estar entre nós



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 40 |

daqui a alguns dias. Não havia um tomógrafo — quebrado há três meses — no Hospital do Gama, ao passo que a inauguração do Bezerrão, só a inauguração, não, a construção custou 12 milhões de reais. Portanto, eu diria que não há centralidade na saúde e na educação. Há centralidade em atender os interesses dos empresários.

Digo isso porque o Governo agora quer terceirizar o aterro, e obviamente aí já está incluída a variável do lucro. Quem me diz que isso vai desonerar o contribuinte não entende que a iniciativa privada é movida, por seu caráter precípua, pelo próprio lucro, e que o lucro sairá do contribuinte. Mas não é só isso. Se o aterro vem substituir o lixão — e nós não questionamos isso — eu me pergunto por que ele tem que sair daquela região? Ali há mais de 2 mil trabalhadores que, diretamente, sobrevivem dos resíduos sólidos. Se nós considerarmos as suas famílias, vamos ver que parte substancial da população que mora na Estrutural sobrevive dos resíduos sólidos.

Há que se recompor, como o Governo Federal está fazendo, a cadeia produtiva dos resíduos sólidos, e criar, inclusive, um setor de reciclagem, com todas as etapas da cadeia para gerar renda.

Obviamente, se essa função sair do Estado, haverá aumento da dificuldade para que essa função pública seja efetivada. O Governo que terceiriza tudo — e penso, algumas vezes, que talvez terceirizássemos o Governador, talvez este país ou esta cidade ganhassem com isso — tenta terceirizar agora, e eu encerro com isso, também a alimentação escolar. Alimentação escolar terceirizada: é isso o que o Governador do Distrito Federal quer. E questiono se alimentação escolar é ou não é parte do projeto pedagógico, como diz a Lei de Diretrizes da Educação.

Portanto, Sr. Presidente, nós queremos um Estado, um Estado que sirva ao povo para eliminar as desigualdades que cingiram tanto a cidadania neste País. E não queremos, findo este Governo, olhar e ver que não há Estado, apenas o lucro voraz de empresários sem qualquer controle.

E, como o Deputado Cabo Patrício, há muito tempo deixei de acreditar em Papai Noel.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) — Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu estava conversando com a Liderança do Governo a respeito dessa condução. A terceirização, para mim, em algumas situações, realmente implica prejuízo dentro do Estado, principalmente quando se tem uma estrutura organizada, uma empresa e o custo que a sociedade pagou para se criar um banco, uma empresa de lixo, que redundaram em não atendimento na saúde, na segurança, na educação.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 41 |

Tendo já recebido uma interpretação, eu preciso que o Governo me mande o Termo de Ajuste de Conduta para que esses catadores de lixo, essas pessoas que estão vivendo da sua renda... Pessoalmente, acho que essas pessoas vivem em condições subumanas, e o Estado fica indiferente a isso, quando poderia colocar uma estrutura melhor para essas pessoas serem tratadas como seres humanos. O fato é que elas vivem nessa situação há muitos anos.

Há um Termo de Ajuste de Conduta, que faz com que o Estado e o Ministério Público possam haver essa questão de eles não serem jogados para fora do processo, para que eles mantenham sua renda. Com base nesse Termo de Ajuste de Conduta, que estarei esperando o Governo mandar, vou votar favoravelmente nesse primeiro turno e, se não chegar, votarei contrariamente no segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 948/08
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

| P/S | NOME DO DEPUTADO(A) | PART | SIM | NÃO | ABST | AUS | DV |
|-----|--------------------------|------|-----|-----|------|-----|----|
| | BATISTA DAS COOPERATIVAS | PRP | X | | | | |
| | BENÍCIO TAVARES | PMDB | X | | | | |
| | BERINALDO PONTES | PP | | | | X | |
| | BISPO RENATO | PR | X | | | | |
| | BRUNELLI | DEM | X | | | | |
| | CABO PATRÍCIO | PT | | X | | | |
| | CHICO LEITE | PT | | X | | | |
| | CRISTIANO ARAÚJO | PTB | X | | | | |
| | DOUTOR CHARLES | PTB | X | | | | |
| | ÉRIKA KOKAY | PT | | X | | | |
| | EURIDES BRITO | PMDB | X | | | | |
| | GERALDO NAVES | DEM | X | | | | |
| | JAQUELINE RORIZ | PSDB | X | | | | |
| | LEONARDO PRUDENTE | DEM | X | | | | |
| | MILTON BARBOSA | PSDB | X | | | | |
| | PAULO TADEU | PT | | X | | | |
| | PEDRO DO OVO | PMN | X | | | | |
| | RAAD MASSOUH | DEM | X | | | | |
| | RAIMUNDO RIBEIRO | PSL | | | | X | |
| | REGUFFE | PDT | X | | | | |
| | ROBERTO LUCENA | PMDB | | | | X | |
| | ROGÉRIO ULYSSES | PSB | X | | | | |
| | WILSON LIMA | PR | X | | | | |
| | ALÍRIO NETO | PPS | X | | | | |
| | TOTAL | --- | 17 | 4 | | 3 | |

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR _____

ASSINATURA _____

MAT. _____

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 42 |

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis e 4 votos contrários. Houve 3 ausências.

Está aprovado o projeto em primeiro turno.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que votei favoravelmente ao projeto por considerar que o tratamento de lixo pode ser feito pela Iniciativa privada. É um serviço público que pode ser feito por concessão. Não é um serviço essencial como a educação e a saúde. Penso que, desde que bem regulada e fiscalizada a qualidade do serviço, e o Estado tendo o poder de regulação, esse serviço pode ser feito por concessão.

Por isso, meu voto foi favorável.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Projeto de Lei nº 948, de 2008, vai para apreciação em segundo turno. Lembramos que, no segundo turno, as emendas serão apreciadas.

Item nº 10:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 994, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.022, de 28 de setembro de 2007, que altera a Lei nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, que institui a Taxa de Limpeza Pública no Distrito Federal".

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 994, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.022, de 28 de setembro de 2007, que altera a Lei nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, que institui a Taxa de Limpeza Pública no Distrito Federal".

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, em face dos argumentos expostos em meu parecer, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 994, de 2008, com a aprovação das Emendas Aditivas nºs 2, 3, 4 e 5 e da Subemenda nº 1.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 43 |

Portanto, somos favoráveis à matéria já fazendo destaque das emendas acatadas e também da subemenda para discussão em segundo turno.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 994, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.022, de 28 de setembro de 2007, que altera a Lei nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, que institui a Taxa de Limpeza Pública no Distrito Federal".

De pronto informo, Sr. Presidente, que as emendas apresentadas só serão apreciadas, já em função de acordo, no segundo turno.

Então, nossa apreensão se resume em constatar que não há vício de iniciativa, pois a matéria teria de vir realmente do Poder Executivo, e que a matéria é constitucional porque cabe ao Governo legislar sobre a matéria.

Somos pela admissibilidade, Sr. Presidente, com a análise, conforme eu disse, das emendas no segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Proferido o parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, favorável, com as emendas e subemendas destacadas para segundo turno, coloco o mesmo em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 994, de 2008, em primeiro turno. (Pausa.)



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 44 |

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Esta Presidência informa que a matéria necessita de 16 votos favoráveis para sua aprovação.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 1 / 2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEF CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESC MAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 994/08
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

| P/S | NOME DO DEPUTADO(A) | PART | SIM | NÃO | ABST | AUS | DV |
|-----|--------------------------|------|-----|-----|------|-----|----|
| | BATISTA DAS COOPERATIVAS | PRP | X | | | | |
| | BENÍCIO TAVARES | PMDB | X | | | | |
| | BERINALDO PONTES | PP | | | | X | |
| | BISPO RENATO | PR | X | | | | |
| | BRUNELLI | DEM | X | | | | |
| | CABO PATRÍCIO | PT | X | | | | |
| | CHICO LEITE | PT | | | | X | |
| | CRISTIANO ARAÚJO | PTB | X | | | | |
| | DOUTOR CHARLES | PTB | X | | | | |
| | ÉRIKA KOKAY | PT | X | | | | |
| | EURIDES BRITO | PMDB | X | | | | |
| | GERALDO NAVES | DEM | X | | | | |
| | JAQUELINE RORIZ | PSDB | X | | | | |
| | LEONARDO PRUDENTE | DEM | X | | | | |
| | MILTON BARBOSA | PSDB | X | | | | |
| | PAULO TADEU | PT | X | | | | |
| | PEDRO DO OVO | PMN | X | | | | |
| | RAAD MASSOUH | DEM | X | | | | |
| | RAIMUNDO RIBEIRO | PSL | | | | X | |
| | REGUFFE | PDT | X | | | | |
| | ROBERTO LUCENA | PMDB | | | | X | |
| | ROGÉRIO ULYSSES | PSB | X | | | | |
| | WILSON LIMA | PR | X | | | | |
| | ALÍRIO NETO | PPS | | | | X | |
| | TOTAL | | 19 | | | 5 | |

*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 45 |

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado o Projeto de Lei nº 994, de 2008, em primeiro turno.

A matéria segue a tramitação regimental, com os destaques das emendas e também da subemenda.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Rapidamente, Sr. Presidente, apenas para dizer que o projeto teve nossa aprovação na medida em que possibilita a inclusão de um benefício já previsto em outros impostos também para esta taxa, ou seja, das pessoas que ganham até 2 salários mínimos, que tenham a partir de 65 anos, com imóveis com uma metragem estabelecida, para que possam ter a mesma prerrogativa de isenção.

Portanto, em função do benefício da distribuição, do caráter distributivo que têm de ter as taxas e os impostos, o acúmulo para que se possa redistribuir, não apenas em políticas públicas, mas também do ponto de vista de contemplar, de forma diferenciada, a população que tem uma renda mais baixa. Portanto, tem o nosso apoio e votamos favoráveis ao projeto nesta perspectiva.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Iremos agora apreciar os dois últimos itens da tarde de hoje. O projeto que trata do IPVA e o projeto que trata do IPTU. Como esses dois itens não constavam na pauta da Ordem do Dia e houve, portanto, acordo de todos os Líderes, esses projetos estão sendo acrescentados na sessão ordinária como itens extrapauta.

São apenas dois itens, eu peço aos Parlamentares, portanto, que fiquem em plenário, porque esses dois itens necessitam de 16 votos.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 992, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores do Distrito Federal, para efeito de lançamento de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para o exercício de 2009, e dá outras providências”.

Esta Presidência informa aos Parlamentares que neste projeto, conforme acordo de Líderes, as emendas ou subemendas ficarão para discussão em segundo turno.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 46 |

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 992, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores do DF, para efeito de lançamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para o exercício de 2009, e dá outras providências".

Lembramos que não foi apresentada nenhuma emenda ao projeto, conforme acordo de Líderes. As emendas ficarão para o segundo turno. O índice adotado foi o INPC, em torno de 7%.

Portanto, nesta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou aproveitar e já discutir de uma vez o aumento do IPVA e do IPTU, também.

Eu vou votar contrário, exatamente como eu fiz no ano passado, ao aumento tanto do IPTU, quanto do IPVA.

Eu reconheço que foi uma conquista e uma luta deste Poder Legislativo o Governo colocar como limitador para este ano o INPC, a inflação do período.

Agora, com relação ao IPTU, é bem curioso: no ano passado, o Governo aumenta 16,58%, contra uma inflação do período, o INPC, de 5,15%. Portanto, mais do que três vezes a inflação no período. O aumento do ano passado já valeu por três anos. Agora, este ano, como se fosse bonzinho, diz: não, agora é pelo INPC.

Penso que isso é uma coisa meio maquiavélica e eu votarei contrário às matérias. Acho que a carga tributária já é abusiva. Eu penso que essa carga tributária, pela responsabilidade que eu tenho de falar, deveria ser reduzida e diminuída drasticamente para o contribuinte. Por isso o meu voto contrário ao projeto.

Se o Governo, no ano passado, tivesse feito o reajuste pelo INPC, esse ano não teria problema, seria pelo INPC também. Mas ele já concedeu, no ano passado, o aumento para três anos. Então, não tem cabimento ter aumento esse ano de imposto. Por isso votarei contrário.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 47 |

No IPVA, a pauta que o Governo mandou para esta Casa foi, inclusive, antes da crise. Depois da crise, os carros se desvalorizaram. A pauta da FIPE, por exemplo, e de qualquer caderno de jornal de automóvel mostra isso. Os carros se desvalorizaram. Não tinha por que aumentar tributos. Deveria se reduzir isso. Eu penso que a carga tributária é abusiva e eu defendo a redução dessa carga.

Por coerência, votarei contra o aumento do IPTU e contra o aumento do IPVA. Já discuti os dois de uma vez, Sr. Presidente, para ganhar tempo.

Votarei contrário tanto ao aumento do IPTU quanto ao aumento do IPVA.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no ano passado, tivemos embates fervorosos com alguns Deputados entre os quais o nosso Líder de Governo, Deputado Leonardo Prudente, que juntamente com mais dois ou três colegas obrigaram o Governador Joaquim Roriz e a Vice-Governadora Maria de Lourdes Abadia a se submeterem aos índices de reajuste do IPTU e IPVA pelos índices do INPC. Eu dizia à ocasião, aqui na sala do cafezinho, que não votaria nenhum projeto de IPTU e IPVA que ultrapassasse o Índice Nacional de Preços ao Consumidor e ali preparei um projeto de lei, formulado pela Dra. Ana Cristina Rezende Nogueira, nossa grande consultora legislativa, que está em tramitação. Eu disse ao Governador que havia apresentado esse projeto que foi assinado, Deputado Paulo Tadeu, por 22 Deputados. Eu também não gostaria aqui de estar votando aumento de imposto, mas os realinhamentos são necessários em tudo. Até em nossas atividades privadas. Até nos contratos das entidades públicas com o Poder Público há uma cláusula que diz que você deve fazer um realinhamento sempre que necessário ou no tempo aprazado. E aqui não foge à regra.

Parabenizo esta Casa pela discussão fervorosa feita no ano passado, que levou o Governo, sim, a mandar para esta Casa um projeto de reajuste pelo INPC. E que nós vamos aprová-lo achando que foi uma conquista desta Casa pelas suas posições, não só no ano passado, mas também em anos anteriores. Quero dizer aos Deputados que há um projeto em tramitação e que o Governo do Distrito Federal resolveu, então, sabendo da manifestação dos 22 Deputados, mandá-lo para cá com esse índice mínimo que é um realinhamento.

Eu não estaria aqui falando e talvez não estivesse aqui no plenário se o projeto fosse diferente do que o Governo nos enviou.

Eu tenho em mãos o projeto assinado por 22 Deputados.

Muito obrigado.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 48 |

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 992, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores do Distrito Federal, para efeito de lançamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para o exercício 2009, e dá outras providências."

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer é pela aprovação do projeto nos termos em que foi remetido para a Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos discutindo o IPVA. Quem se lembra bem da discussão que fizemos no ano passado sabe que o IPVA teve, inclusive, uma deflação ou uma variação negativa. Não podemos confundir o percentual do IPTU com o do IPVA, até porque o IPVA é calculado caso a caso, a partir do ano, da marca e do preço do veículo. Portanto, é diferente do IPTU. São discussões diferenciadas. Para este ano, tivemos reajustes, como eu digo, negativos do IPVA no ano passado. Então, não é verdadeiro que o IPVA foi reajustado em 16,58%. Na maioria dos casos



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 49 |

houve um reajuste abaixo da inflação. Temos, aqui, a apreciação de reajustes que significam uma vitória, sem nenhuma dúvida, desta Casa, que lutou muito tempo para que tivéssemos um reajuste limitado ao índice medido da inflação do período. Conquistamos isso. É conquista desta Casa. Como também conquistamos, no ano passado, o desconto para quem fizesse o pagamento à vista, um projeto aprovado por esta Casa, por iniciativa dela, que foi vetado. Contudo, o Executivo se viu obrigado a remeter outro projeto no mesmo fêlto para que pudesse contemplar os contribuintes.

Entretanto, colocando a discussão no seu exato tamanho, para que não façamos uma discussão confusa, temos um problema em votar favoravelmente ao reajuste do IPVA. Não podemos votar em cima de uma tabela venal calculada em outro contexto. Quando foi feita a tabela venal, não havia crise econômica. Qualquer um minimamente informado sabe que houve uma depreciação muito abrupta do preço dos veículos automotores, e isso tem que ser reconsiderado. Nós solicitamos ao Executivo que a tabela seja readaptada ou que seja feita uma nova tabela em função do contexto em que está hoje. Quando temos uma crise econômica, quando há uma crise de demanda, é óbvio que se tem uma depreciação dos preços dos veículos.

Nós não temos como votar favoravelmente a um reajuste calculado em cima de um valor venal que é absolutamente irreal, é absolutamente irreal! O Governo, ao não adaptar, ao não fazer uma nova tabela, em verdade fica sem parâmetros para estabelecer o percentual do reajuste.

Portanto, Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores discute votar contrariamente ao reajuste do IPVA, porque não vamos aprovar um índice de reajuste, ainda que reconheçamos o avanço do limite do INPC, em cima de um valor real que não é real. Preserva-se a mesma tabela de setembro, quando a crise não tinha a agudeza que tem hoje e o valor dos veículos não tinha sofrido depreciação, não tinha sido corroído por uma crise estabelecida pela "financeirização" da economia e pela falta de investimento da produção. Não deve haver qualquer tipo de reajuste! Não deve ter qualquer tipo de reajuste! Portanto, é zero por cento de reajuste no IPVA se não houver a correção da tabela de valores venais.

Quero dizer, ainda, que podemos fazer uma emenda que provocará ou poderá proporcionar, após a votação, a adequação do valor venal. Mas, para nós, não é suficiente, até porque seria uma emenda de iniciativa do Legislativo, e o Governador poderá vetá-la. Portanto, ou discutimos em cima da tabela, ou, para a bancada do Partido dos Trabalhadores, é reajuste zero, porque os valores dos veículos já foram depreciados e não há por que isso não ser considerado a fim de sermos honestos e transparentes com a população do Distrito Federal.

Esta é a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 50 |

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero esclarecer a questão, pois talvez falte informação.

Não existe reajuste de IPVA. O IPVA, nacionalmente, é uma alíquota que se aplica ao valor do veículo. Se o valor do veículo aumenta, o percentual sobre aquele valor aumenta; se o valor do veículo diminui, o percentual sobre aquele valor diminui. Então, não existe reajuste, não existe aumento.

Porém, Sr. Presidente, há uma nota técnica no processo. Como os Deputados não têm conhecimento dessa nota técnica – e ela traz todas essas informações -, quero sugerir a V.Exa. que a sessão seja encerrada para que possamos distribuir a matéria a todos os Parlamentares a fim de que, amanhã, votemos confortavelmente. Não há interesse algum do Governo em ampliar a arrecadação em função daquilo que o contribuinte não pode pagar. O IPVA é uma alíquota que incide sobre o valor do veículo. Não existe reajuste ou aumento de IPVA, mas apenas a aplicação do percentual em cima do valor do bem. Apenas isso.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero reforçar as palavras do Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, e dizer que os técnicos da bancada do Partido dos Trabalhadores estão reunidos com os técnicos da Secretaria de Fazenda para analisar uma reformulação da tabela e tentar chegar a um acordo, já que a tabela constante do projeto enviado a esta Casa para ser apreciado foi elaborada antes da crise financeira mundial.

Portanto, estamos tentando construir um acordo com os técnicos da Fazenda para tentar apreciar amanhã o projeto do IPVA.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de pontuar uma questão lógica. A lógica é uma matéria da Filosofia, mas não estamos aqui para filosofar. Estamos aqui para colocar posições concretas.

Esta Casa deu aos seus funcionários o reajuste calculado nos índices do INPC dos dois últimos anos e agora também vai votar, a pedido do Governo, o reajuste do IPTU e do IPVA.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 51 |

Então, eu gostaria de pedir, novamente, ao Governo do Distrito Federal que seja sensível, pois não podemos ter três pesos e duas medidas. Precisa haver um equilíbrio. Peço ao Sr. Secretário Marcelo, que se encontra presente, e ao Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, que analisem também essa situação. Se o Governo precisa reajustar as contas para ter suas receitas equilibradas, é necessário que os servidores do Poder Legislativo tenham também esse direito, que é adquirido.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência encerra a discussão no que diz respeito a essa matéria. Durante a discussão, o Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, fez uma questão de ordem.

Acato, portanto, a questão de ordem do Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas quero dizer que estou de acordo com o encaminhamento aqui proposto de que possamos traçar uma discussão mais aprofundada sobre o reajuste. Sugiro, como questão de ordem, que o art. 2º, que estabelece que há possibilidade de se alterar a tabela de valores venais, tenha um caráter somente autorizativo. O artigo diz que a Secretaria de Estado e Fazenda está autorizada a modificar a pauta de valores desde que não majore os preços dos veículos, a partir das condições do mercado de veículo. É óbvio que as condições de mercado estão diferenciadas. Não cabe ao Poder Legislativo apenas autorizar, mas assegurar a modificação e a adequação da tabela.

Portanto, da forma como está, não é possível ao Partido dos Trabalhadores votar, porque ele é autorizativo. Temos que ter absolutamente segura uma nova tabela venal, para podermos fazer outras discussões que precisam ser feitas acerca dos dois impostos.

Era isso o que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputada Erika Kokay, a questão de ordem de V.Exa. é pertinente. Portanto, sugiro que V.Exa., juntamente com o Líder do Governo e os demais Líderes de partidos, discuta a questão com a pertinência aqui demonstrada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, o encaminhamento que será feito amanhã é que seja feita a discussão.

Há outra questão, Sr. Presidente, sobre a qual eu gostaria de falar. Estou extremamente angustiada com a situação das escolas do Distrito Federal. Acho que esta Casa tem que tomar uma posição acerca disso.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 52 |

Recebemos, Sr. Presidente, na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, uma denúncia de um professor que saiu de licença. Ele ficou em licença de julho a outubro deste ano. Trata-se de um professor de EJA – Ensino de Jovens e Adultos. Durante esse período, não houve nenhuma substituição desse professor. O professor retornou, e os alunos não tiveram conteúdo algum. Portanto, temos alunos que, teoricamente, teriam de ser reprovados, apesar de não terem tido culpa. Foi uma irresponsabilidade da Secretaria de Educação. Não obstante termos 5.500 professores temporários, os alunos do Centro de Ensino Fundamental nº 4 de Planaltina ficaram quatro meses sem aulas.

Proponho, Sr. Presidente, que aprovemos não só uma moção de repúdio, como sugere o nosso colega Deputado Brunelli, republicano e filósofo, mas também que possamos aprovar a convocação do Secretário de Educação, do Gerente Regional de Ensino, enfim, do responsável, porque a direção da escola solicitou várias vezes que houvesse a substituição do professor.

E, caso esses alunos sejam aprovados, já que não são culpados por não terem absorvido o conteúdo, estarão prejudicados de qualquer forma.

Por isso, sugiro, ao mesmo tempo em que solicito, que amanhã apreciemos não apenas essa moção de repúdio a esse fato, porque, se ocorreu no Centro de Ensino Fundamental nº 4 de Planaltina, deve estar acontecendo em outras escolas, com prejuízo irreparável para os nossos alunos. E que possamos aprovar a convocação do Secretário, que, obviamente, se dará apenas no próximo ano.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Solicito, porém, que seja formalizada não só a moção, mas também o requerimento a esse Plenário, para que possamos apreciá-los.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como entraremos em recesso no dia 15 de dezembro, próxima segunda-feira, há uma preocupação da minha parte e do Deputado Cabo Patrício. Teremos uma sessão solene em homenagem ao trabalho dos radialistas desta cidade. São três pessoas importantes. Por isso, solicito a V.Exa. que sejam incluídos na Ordem do Dia os Projetos de Decreto Legislativo nºs 239, 249 e 251, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Parabenizo o Deputado Brunelli pela dedicação nesse tipo de matéria. Realmente, V.Exa. tem sido um exímio Parlamentar na homenagem às pessoas que merecem.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-----------------------|--------|
| 10 12 2008 | 15h30min | 113ª SESSÃO ORDINÁRIA | 53 |

Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Mas é importante que haja um equilíbrio entre os 24 Parlamentares. Solicito ao Líder de sua bancada que amanhã discuta também os PDLs que, porventura, entrem na Ordem do Dia.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, agradeço suas palavras de incentivo e motivação. São 19h e vejo que o equilíbrio que se dá é no exercício das funções de motivação do trabalho. Se produzimos mais, é porque estamos presentes neste plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não tenho dúvidas, Deputado.

Esta Presidência informa aos Parlamentares que amanhã haverá uma reunião com os Líderes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h55min.)